



## Dilemas da reprodução assistida na arena pública: Uma análise do agendamento pelo programa Fantástico/TV Globo

*Conflicts of assisted reproduction in the public sphere: an analysis in the agenda-setting on the television program Fantastico/Globo TV*

Alba Livia Tallon Bozi <sup>1</sup>  
Eleonora Magalhães <sup>2</sup>

**RESUMO** Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação de massa na estruturação do debate na esfera pública acerca dos avanços das biotecnologias e as possibilidades de intervenção em processos de reprodução humana. Analisa o agendamento da questão a partir do programa Fantástico, da TV Globo, ao provocar o público a opinar a respeito do direito à maternidade em casos de doação de óvulo e gestação de substituição. Aponta a complexidade da imbricação público e privado na deliberação de conflitos íntimos porém relacionados a questões abrangentes de cunho moral e ético de uma sociedade, que carecem, nesse sentido, de um debate amplo e plural na esfera pública.

**PALAVRAS-CHAVE** Televisão; Esfera pública; Agendamento; Debate; Biotecnologia.

**ABSTRACT** This article intends to analyse the role of massmedia in structuring the discussions in society about the advances in biotechnology and the possibilities of intervention in human reproduction. It analyzes the agenda-setting of the matter in the television program Fantastico, Globo TV, that motivated the public to comment about the right of the maternity in cases of egg donation and replacement uterus. The article indicates the complexity of the relationship of the public and private routing of personal conflicts but related to moral and ethical issues of the society, they need, because it, a broad and pluralistic debate in the public sphere.

**KEYWORDS** Television; The public sphere; Agenda-setting; Debate; Biotechnology.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, professora da Faculdade Pinheiro Guimarães e analista em C&T no Observatório Nacional. E-mail: albalivia@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense e professora da Faculdade Pinheiro Guimarães e da Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: eleonora\_magalhaes@yahoo.com.br



As imbricações entre ciência e tecnologia e seus consequentes resultados conhecidos nos avanços na área da medicina, em especial no que diz respeito às técnicas de reprodução assistida, têm suscitado questões éticas e morais que ultrapassam os limites dos laboratórios e consultórios de especialistas. Com a visibilidade ampliada pelos *media*, os jornais e mesmo os artigos de ficção, como as telenovelas, funcionam como meio pelo qual o cidadão comum toma conhecimento dos dilemas decorrentes da “revolução biotecnológica” registrada a partir da segunda metade do século XX. Mais do que isso, os cidadãos são chamados pelos meios de comunicação a formar opinião e, por vezes, a se posicionar quanto ao que ocorre na esfera da vida privada.

A manipulação da vida pelas biotecnologias tem sido capaz de, vez ou outra, dar nova roupagem à questão da definição da maternidade. No programa *Fantástico* transmitido pela TV Globo no dia 4 de março de 2012, uma enquete perguntava ao telespectador: “Quando uma criança nasce de uma barriga de aluguel, quem é a mãe: quem doou o óvulo ou quem gerou a criança?”.

A pesquisa instantânea foi “inspirada”, em parte, em um caso ocorrido recentemente. Uma criança nasceu por meio de gestação de uma mulher com o óvulo da companheira. Após o nascimento da criança, a “mãe gestacional” registrou o bebê. Depois de separadas, a mulher que cedeu o óvulo e de quem a criança herdou o material genético buscou o direito à dupla maternidade. A decisão foi parar nos tribunais. O caso, que corre em segredo de justiça, foi divulgado pela mídia, de forma simplificada e descontextualizada, como foi feito pelo *Fantástico*.

A questão elaborada pelo programa dominical foi apresentada aos telespectadores de forma vinculada à novela *Fina Estampa*, da mesma emissora, na qual

duas mulheres também disputavam na Justiça o reconhecimento da maternidade e a guarda de um bebê. Na cabeça da enquete, os apresentadores diziam que a história das personagens Bia (Monique Alfradique) e Ester (Júlia Lemmertz), ambas heterossexuais, reacendia a discussão relacionada ao direito à maternidade: de um lado encontrava-se Ester que, apesar de infértil, pôde gestar a criança graças aos avanços da medicina; do outro, Bia, que doou anonimamente o material genético a um banco de óvulos, mas cuja identidade foi conhecida logo após o nascimento da criança – a secretária da médica que realizou o procedimento descobriu que o óvulo foi intencionalmente escolhido pela profissional e decidiu informar os envolvidos.

O resultado da enquete coincidiu com o caminho seguido pela novela. Na ficção, o tribunal não chegou a realizar julgamento para decidir a maternidade, pois a questão encerrava-se antes, pela “impossibilidade jurídica do pedido” da doadora do óvulo, que fez a doação de modo anônimo e voluntário. Com embasamentos diferentes, tanto a escolha da audiência do *Fantástico* quanto a do autor Aguinaldo Silva seguiram a linha de que doadora de óvulos não é considerada parente da criança gerada a partir da doação. Na novela, essa percepção se apoia nos parâmetros da doação anônima de óvulo, mas no que concerne ao casal de mulheres, o óvulo foi doado intencionalmente para a companheira, prática escolhida para que haja uma participação do casal homoafetivo no processo de geração da criança. Para casais de mulheres, tal prática não tem a ver com a impossibilidade de engravidar ou de viver uma gestação, mas essa questão não faz parte do escopo das questões éticas levantadas pelo Conselho Federal de Medicina, entidade que regulamenta a atuação médica.

É importante salientar que a pesquisa do *Fantástico* estava relacionada à novela, que



apresentava uma situação completamente distinta daquela ocorrida na vida real, na qual duas mulheres reivindicavam a maternidade de um filho, fruto de uma união que durara seis anos. Apenas depois de divulgado o resultado, com esmagadores 82% das pessoas que participaram da enquete votando na opção “mãe é quem gera”, em detrimento das opções “quem doa os óvulos” ou “as duas”, foi apresentada a reportagem sobre a criança fruto da união homoafetiva.

Assim, a partir da cobertura dada pela revista eletrônica dominical da TV Globo ao caso concreto, interessa-nos menos discutir sobre a configuração das novas famílias ou os limites da medicina. Neste artigo, a proposta central é refletir acerca do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa na estruturação do debate em torno de dilemas morais e éticos, sobretudo quando se trata de questões íntimas, reservadas ao âmbito do privado, e que são lançadas à luz, expostas em jornais e programas de televisão.

É possível considerar positiva essa visibilidade ampliada, quando pensamos em contribuições para o processo político democrático? Apesar das contradições inerentes aos sistemas de informação e formação de opinião, há que se levar em conta que eles suscitam o debate. E o debate intenso e sério na esfera pública sobre questões de grande impacto ético é de extrema importância para legitimar definições. Afinal, como destaca o filósofo Jürgen Habermas, manipular a existência humana é arriscar, pois não há como avaliar as consequências dos avanços tecnológicos do presente, e fazer isso é, então, uma aposta. Os dilemas decorrentes dos usos das tecnociências somente são conhecidos quando se apresentam na forma de problema real. Antes disso, são apenas problemas hipotéticos, sobre os quais nem sempre se consegue prever todos os possíveis desdobramentos.

No caso escolhido para este artigo, as discussões podem, por exemplo, contribuir para as diretrizes a serem adotadas pelas tecnociências, no que se refere às suas possibilidades de aplicação, e também nas diretrizes do chamado biodireito, um ramo da ciência jurídica recentemente configurado para tratar das questões decorrentes dos avanços biotecnológicos.

Discutir publicamente os rumos que se deve adotar frente a esses avanços relaciona-se ao aprofundamento da democracia na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que contribui para diluir as já obtusas fronteiras entre as esferas pública e privada. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa poderiam contribuir para a ampliação do debate, fazendo com que este abarcasse diversas camadas da sociedade. Entretanto, os enquadramentos (GITLIN, 1980; ENTMAN, 1993; PORTO, 2004), ou “mapas de leitura”, estão presentes nas discussões mediatizadas e são capazes de direcionar o olhar, de contribuir para uma percepção acerca da questão. Por meio da seleção, ênfase e exclusão de elementos do discurso, aplicados à seleção de aspectos da realidade, é possível construir uma interpretação dos fatos, uma avaliação moral e um determinado tratamento sobre a informação. Cada detalhe pode ser noticiado sob diversos enfoques, com o intuito de obter reações favoráveis da audiência, reações que influenciam as ações na esfera pública.

### **O agendamento midiático**

Logo no começo dos anos 1990, o assunto “quem é a mãe” já havia sido abordado sob o prisma das evoluções na área da genética, como tema central de outra novela, *Barriga de Aluguel*, veiculada na faixa das 18 horas. No folhetim, um casal, que não podia gerar descendentes, pagava para ter um filho gerado em um útero alheio. O dilema “quem fica com



a criança, a mulher que gera o embrião ou a que o desenvolve em sua barriga” foi levado aos tribunais na ficção, passando por todas as instâncias até chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF). A novela termina antes de uma decisão ser proferida pelo STF, dando a entender que as duas “mães” entrariam em acordo pelo bem da criança, deixando uma certa “lógica do bom senso” imperar e contribuindo para alimentar o sofisma de uma solução conciliada, bem distante da realidade vivenciada nos tribunais.

Antes da existência das técnicas de reprodução assistida, a “produção” de um filho era, via de regra, algo circunscrito à privacidade do lar e do casal. Somada aos avanços da medicina, entra também em cena a participação dos meios de comunicação de massa como fonte de informação e como educador social, tomando para si a missão de desvendar e explicar as novidades e os possíveis impactos que elas causam. Sendo assim, não se deve menosprezar o papel das novelas, como as aqui mencionadas. Afinal, conseguem catalisar polêmicas, alargando o seu alcance. Além disso, ao darem visibilidade, contribuem para uma pré-estruturação do debate público, que alimenta também as discussões da esfera pública.

Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar (HABERMAS, 1997: p.91).

Assim como ocorre nas novelas, questões que se impõem à sociedade de modo geral ou a indivíduos de forma particular também são tematizadas, problematizadas e dramatizadas nas páginas dos

jornais, porém sob a aura da credibilidade. Os produtos jornalísticos, além de criar imagens sobre o mundo e os acontecimentos, também possuem a capacidade de estruturá-las e organizá-las, tanto para a construção da realidade (FISHMAN, 1990), quanto para a formação da opinião pública, por exemplo.

De forma um tanto quanto esquemática, é possível dizer que, para que o cidadão seja capaz de fazer uma opção política consciente, ele precisa estar provido de informações adequadas sobre: a) quais são os projetos em disputa, quem os apoia, quais interesses eles promovem e quais prejudicam; e b) o mundo social, isto é, quais são os desafios a serem enfrentados, as alternativas possíveis e suas consequências (MIGUEL, 2004: p. 130).

Dessa maneira, cabe aos *media*, e à imprensa em especial, o papel primordial de definir a agenda pública (PORTO, 2004). Mais que isso, a mediação feita pelos *media* tornou-se algo essencial para, mais que informar sobre, promover o amplo debate político. Afinal, a sociedade contemporânea é bem mais complexa (além de dispersa, urbana e superpopulosa) que a *polis* da Grécia antiga. Assim sendo, a atual sociedade torna-se dependente da imprensa e sofre sua influência, não com a imposição de determinados conceitos, “mas incluindo em nossas preocupações certos temas que, de outro modo, não chegariam a nosso conhecimento e, muito menos, tornar-se-iam temas de nossa agenda” (HOHLFENDT, *in* HOHLFELDT; MARTINO & FRANÇA, 2010: p.193).

Habermas (1997) já ressaltava o papel da imprensa na formação da esfera pública burguesa, mas cabe indagar até que ponto há o real fortalecimento do debate entre indivíduos para a resolução de conflitos e questões que permeiam a vida em sociedade pelos



meios de comunicação de massa tradicionais. E um dos fatores que levam a esse questionamento é que, de acordo com a perspectiva aqui adotada, mais que um instrumento para a promoção dessas discussões, a mídia também participaria do debate público. Logo, o jornalista ultrapassa o papel de um mediador ordinário, justamente por estar imerso no processo de mediação. O termo em inglês *inbetweenness* ajuda a compreender esse papel, uma vez que o jornalista possui a capacidade de estar entre e, ao mesmo tempo, fazer parte do processo de comunicação. Nesse processo, o profissional estabelece uma relação entre especialistas e leigos, autoridades e cidadãos, podendo ser tido como “um mediador entre a especialização da ciência e o senso comum dos espectadores” (CAMPBELL, 1991: p.6). E, no decurso da mediação, os jornalistas conferem significado ao mundo (FISH, 1980) e podem, portanto, ser entendidos como classe detentora de certo *status* de autoridade interpretativa (ZELIZER, 1992), ao se promoverem como porta-vozes autorizados e críveis dos eventos da vida real, com a aquiescência do público.

Entretanto, o que se encontra nos jornais são apenas interpretações, recortes da realidade – e não “fatos puros”, ainda que utopicamente eles fossem possíveis. A forma como a realidade é retratada corresponde a esquemas tipificadores: o assassino, a vítima, o *gay*, a lésbica, o operário, o empresário, o negro, a loura. São papéis sociais ou características que, aos olhos de quem constrói o relato, são destacadas em detrimento de outras e produzem generalizações, imagens acerca dos sujeitos relatados – muito menos complexas que o original, mas que ajudam a construir um mundo coerente. Essas tipificações canalizam a percepção dos jornalistas acerca do mundo cotidiano, impondo uma moldura sobre as faixas da vida diária. (TUCHMAN, 1978).

Tais “molduras” remetem ao conceito de

enquadramento da mídia, entendido como uma espécie de recorte da realidade promovido por jornais e outros meios de comunicação. Inclui critérios de organização e hierarquização dos vários elementos que constituem a notícia. “Os enquadramentos de *mídia* são padrões persistentes de cognição, de interpretação e de apresentação, de seleção, de ênfase e de exclusão, através dos quais os manipuladores-de-símbolos organizam habitualmente o discurso, seja ele visual ou verbal” (GITLIN, 1980: p.6). Esses “quadros interpretativos” apresentados pela mídia oferecem à audiência pistas que promovem interpretações específicas dos acontecimentos (ENTMAN, 1991). No caso aqui relatado, o mapa de leitura produzido era, desde o início, equivocado.

Com a escolha de temas editoriais, a imprensa consegue classificar os fatos em grupos e, de algum modo, relacionar fatos, enquadrando-os em pacotes, ainda que não tenham ligação. Esse ajuste de temas não é apenas para ordenar a realidade para a audiência, mas é também uma forma de a própria imprensa se organizar, um auxílio nas buscas, escolhas e cortes que precisa fazer rotineiramente. Dessa maneira, com a ajuda dos jornais, a sociedade também organiza a vida cotidiana em quadros que permitem compreender a sociedade e responder ao que lhe é cobrado.

O fato relacionado é muito mais complexo e contraditório do que o cabeçalho da enquete. No entanto, à medida que o enquadramento vai sendo trabalhado pelos meios de comunicação, ele ganha tons de “naturalidade”, e o quadro adotado tende a entrar no senso comum, a ser tomada como certo. A pergunta feita pelo *Fantástico*, formulada de maneira simplista, permite presumir a resposta. Age, então, para reforçar uma opinião já circundante e que corresponde ao enquadramento do assunto, além de contribuir para um aparente ordenamento da



questão. No entanto, o gancho estabelecido entre a enquete e o caso é atravessado por confusões. A enquete aborda o tema “barriga de aluguel”, procedimento normatizado pela resolução 1.957/2010 do Conselho Federal de Medicina (CFM). Tal procedimento, formalmente denominado “gestação de substituição”, está previsto somente para casos em que exista um problema médico que impeça ou contraindique a gestação na doadora genética.

Nestes casos, as “doadoras temporárias do útero”, na linguagem médica, devem ser da família da doadora genética, num parentesco de até segundo grau. Os diferentes destes estão sujeitos a autorização do Conselho Regional de Medicina. A resolução exige ainda que todos os envolvidos assinem um documento de concordância com os procedimentos e suas normas. Uma delas estabelece que a doação temporária do útero não pode ter caráter lucrativo ou comercial e a mãe de aluguel não poderá pleitear judicialmente uma possível maternidade, diferente do que houve na novela *Barriga de Aluguel* e até mesmo no fato relatado pelo *Fantástico*. A resolução de 2010, publicada no *Diário Oficial* em 6 de janeiro de 2011, revogou a anterior, de 1992, que limitava a reprodução assistida a mulheres casadas ou em união estável, com concordância formal do cônjuge ou companheiro. A mudança nas exigências abriu caminhos para que casais homoafetivos recorressem ao procedimento para ter filhos que fossem, biologicamente, descendentes de um dos pais ou de uma das mães.

No caso das duas mulheres e do filho gerado a partir do óvulo de uma e gestado no ventre da outra companheira, registrada civilmente como mãe, há pelo menos duas questões a serem levantadas: a doação do óvulo e a gestação em outro ventre, ambos aspectos sujeitos somente à normatização ética do CFM. A garantia à doadora do óvulo só poderia ser dada pela Justiça, mas o casal optou

por não fazer o pedido de dupla maternidade, o que provocou uma disputa ainda mais complicada de guarda. A relação entre a enquete e caso se furta ainda a outras possíveis respostas à pergunta “quem é a mãe” – exemplo dos casos de adoção, em que a mãe que levou a gestação e que também é a mãe biológica não é considerada a mãe; e nos casos de empréstimo de útero com contrato de consentimento.

A prática adotada pelo *Fantástico* ilustra a seriedade e a complexidade de questões de manipulação genética e a necessidade de um debate profundo, amplo e sério sobre a atuação da medicina que nem sempre consegue prever disputas judiciais sobre as intrincadas questões surgidas na vida dos envolvidos. Esse debate faz-se necessário na esfera pública, embora lide com questões da esfera privada, especialmente porque nas clínicas médicas são realizados procedimentos considerados apenas do ponto de vista técnico e da ética médica, mas que não contemplam o aspecto jurídico e não abrangem questões psíquicas e sociais que envolvam o ser gerado. No entanto, fora dos limites das clínicas médicas de reprodução assistida, esses procedimentos encontram inúmeros e imprevistos desdobramentos. Afora as consequências de ordem afetiva e emocional, as decisões de ordem prática acabam recaindo sobre os tribunais.

Veja-se o fato do casal homoafetivo masculino que conseguiu judicialmente o direito de registrar uma filha com dupla paternidade, divulgado no *Jornal Nacional*, da mesma TV Globo, no dia 2 de março de 2012. A criança é resultado da fertilização com o sêmen de um dos pais e o óvulo de uma doadora anônima, obtido numa clínica médica, e da gestação por uma prima do pai doador do material genético. Tudo isso dentro das normas previstas pelo CFM. Imediatamente após o nascimento da criança, os pais recorreram à Justiça para conseguir



autorização para o registro civil da dupla paternidade da criança, o que foi rapidamente atendido. Além de garantir aos dois pais sua condição, ampara a criança como herdeira de ambos.

A formulação da enquete do *Fantástico* e a vinculação ao caso das duas mulheres leva o público a misturar questões que não tem relação direta. Neste episódio fica evidente que, por mais que a realidade social, em geral, apresente o caos e mostre seu dinamismo, a mídia atua de modo a criar uma aparente organização do quadro, eliminando as incertezas, minando o aleatório, impondo uma racionalidade à realidade. No entanto, essa tentativa de ordenar e simplificar a realidade exclui a profundidade necessária ao debate sobre questões decorrentes dos avanços biotecnológicos. Avanços que promovem impactos na vida cotidiana da sociedade e que, por isso mesmo, precisam estar sujeitos a ordenamentos jurídicos que deem conta da sua complexidade ou que, nesta impossibilidade, a limitem.

Nesse sentido, os meios de comunicação, e a imprensa em especial, tem papel importante, mas enfrenta, entre outros desafios para promover a discussão, as suas próprias rotinas e estratégias profissionais. Em termos de audiência, pode-se afirmar que, quanto menor é a experiência direta que as pessoas tem com um determinado assunto, mais elas precisarão do jornal para obter as informações e os quadros interpretativos referentes a essa área. No entanto, exatamente quando a estrutura de valores de uma sociedade está se transformando, é maior a possibilidade de que os meios de comunicação de massa influenciem o público (KUNCZIK, 2001). Nesse momento, o enquadramento dado pela imprensa é fundamental porque atua na construção da opinião pública sobre os assuntos em questão.

Acontecimentos que envolvem avanços científicos são avaliados como notícia e ganham

espaço nos programas jornalísticos, especialmente, em virtude do caráter inovador da informação, mas o próprio ineditismo também acarreta em dificuldades para uma cobertura mais profunda. Afinal, se nem mesmo os jornalistas tem clareza sobre o tema, como se libertar dos enquadramentos orientados por suas fontes? A tendência é enfatizar os dados que confirmam as informações das fontes oficiais – os médicos e cientistas, no caso de informações sobre os avanços das biotecnologias, por exemplo – e minimizar as informações contraditórias.

### Televisão e política

Em se tratando de televisão, a experiência política mediada pelo jornalismo é visual, em que a linguagem é marcada fundamentalmente pela tentativa de administrar e adaptar o conteúdo a uma forma pré-concebida, esteticamente marcada e discursivamente didática. A cena pública é enquadrada. E esse enquadramento não envolve somente questões meramente técnicas, mas também simbólicas, uma vez que os meios de comunicação de massa fazem do fato um acontecimento, permeado por valores, através da organização discursiva do mundo ali apresentado. “Tal organização só é possível sob a condição da palavra consignada (por todos), ou melhor, sob a condição da palavra discurso que sustenta essa consignação” (GOMES, 2000, p.17).

É legítima e reconhecida pela sociedade a atuação do jornalismo como meio para viabilizar o surgimento de uma opinião pública, para tratar de assuntos “públicos”<sup>3</sup>. Ora, se a política “cria e condiciona todos os aspectos de nossa vida e está no coração do desenvolvimento dos problemas da sociedade e dos modos de sua resolução” (HELD, 1987, p.251), a televisão, por ser um veículo

---

3 O público, aqui, remonta o sentido grego, ou seja, o que interessa para a vida na polis, na cidade.



capaz de alcançar um largo espectro da população, seria uma aliada da democracia. Entretanto, como fica a constituição dessa esfera pública, de debate entre os indivíduos, a partir da construção de “um real” que já está pronto, dado por fórmulas que tipificam as pessoas, transformando-as em personagens e não em sujeitos complexos?

A política precisa ser pensada em seu conceito dual, como algo que não existe apenas dentro das instituições formais, mas que também se desenvolve nas diferentes dimensões da vida, no dia-a-dia. “Consequentemente, a política é um fenômeno encontrado em um e entre todos os grupos, instituições (formais e informais) e sociedades, perpassando a vida pública e privada” (HELD, 1987: p. 251). Logo, pautar discussões atuais e relevantes é um aspecto positivo do agendamento midiático. O problema reside nas abordagens mal elaboradas, que, antes de propor uma abordagem meramente informativa ou superficial, tentam menos que isso: promovem interpretações incompletas, obtusas, cuja contribuição para o desenvolvimento de problemas e a busca por soluções é assaz questionável.

Refletir sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação tradicionais, em especial pelo jornalismo de massa veiculado nas televisões abertas, é importante para o desenvolvimento da sociedade. É inegável o potencial desses meios como arena de debate e negociações (apesar de que, neste caso, a arena também participa dos conflitos), processos nos quais exerceriam um papel fundamental, contribuindo de forma ativa para o andamento do processo democrático das sociedades contemporâneas, em especial, para o avanço da democracia brasileira.

No entanto, os enquadramentos limitam a amplitude e profundidade do debate. Mas fazem parte do processo de produção da notícia e dificilmente deixarão de estar presentes nos relatos

– integram as rotinas profissionais, já se tornaram inerentes ao processo de produção das notícias. Preocupa-nos mais outra questão: como fornecer informações adequadas para o aprofundamento do debate público e, por conseguinte, da democracia? Como ressalta Luis Felipe Miguel (2004: p.130-131), “o que caracteriza a informação adequada para uma sociedade democrática é, acima de tudo, seu caráter plural”. E há determinadas mídias que tradicionalmente chegam de forma mais eficaz, atingindo grande parte do público, como é a televisão. No Brasil, a Rede Globo ainda é a emissora de maior audiência, maior abrangência territorial e é referência no que tange ao jornalismo. Dessa maneira, ocorre um debate restrito, alimentado por pontos de vista selecionados para confirmar a ideologia dominante.

O debate abordado neste artigo envolve as decisões e definições adotadas para solucionar conflitos íntimos, mas sua discussão na esfera pública se torna necessária porque relaciona questões abrangentes de cunho moral e ético de uma sociedade para as redefinições de seus valores. No entanto, o que se percebe é que a discussão mediatizada é conduzida por um enquadramento pré-definido pelas fontes que tradicionalmente agendam a mídia e é realizada por uma seleção de recortes desconectados, porém apresentados como se fossem relacionados, resultando numa abordagem simplista, que não abarca a amplitude e a pluralidade requeridas pelo assunto.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, CAMPBELL, Richard. 60 Minutes and the news: a mythology for Middle America. Urbana & Chicago: University of Illinois Press. 1991.

ENTMAN, Robert. Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran air incidents. In: *Journal of Communication*, Autumn, v. 41, n. 4, p. 6-27, 1991.

FISH, Stanley. Is there a text in this class? The authority of interpretative communities. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press. 1998.

FISHMAN, Mark. Manufacturing news. Austin: University of Texas Press, 1990.

GITLIN, Todd. The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left. Berkeley [etc]: University of California Press, 1980.

GOMES, Mayra Rodrigues. Jornalismo e ciências da linguagem. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000.

HABERMAS, Jurgen. Para a reconstrução do direito (2): os princípios di Estado de direito; O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: \_\_\_\_\_. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, vol. I, p. 169-240; vol. II, p. 57-121.

\_\_\_\_\_. O futuro da natureza humana: a caminho da eugenia liberal? Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HELD, D. O que democracia deveria significar hoje? In: \_\_\_\_\_. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987, p. 241-270.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da Comunicação. Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul – manual de comunicação*. Trad. Rafael Varela Jr. 2ed. São Paulo, EDUSP, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. In: *Comunicação&política*. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 3, 2004, p. 129-147.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004, p.73-104.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: Nélon Traquina (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1993, p.74-90.

\_\_\_\_\_. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992. 229p.

Dilemas da reprodução assistida na arena pública: uma análise do agendamento pelo programa *Fantástico/TV Globo*  
Alba Livia Tallon Bozi  
Eleonora Magalhães

Data do Envio: 2 de abril de 2012.  
Data do aceite: 2 de maio de 2012.

